

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *OLiberal*

Class.: *HR 00 167*

Data *30 de outubro de 1978*

Pg.:



Cinco padres concelebraram e a igreja estava lotada.

MISSA AO ÍNDIO

Solidariedade dos paraenses à campanha contra emancipação

Com o objetivo de solidarizarem-se ao povo indígena, em vias de ser emancipado, através do Decreto a ser assinado pelo Presidente da República, hoje lançaram um repúdio público contra essa medida o Grupo de Apoio a Índio-GAI, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, além de outros órgãos realizaram uma missa concelebrada, ontem, às 19:30 horas, na Igreja de Aparecida, bairro da Pedreira, pelos padres Nello Ruffaldi, do Conselho Indigenista Missionário-CIMI; Manoel Braga Pinto, João Maria, Frei Manoel Borges da Silveira, Vigário capitular de Condição do Araguaia, e Miguel La Moal.

MENSAGEM DE BORORÓ — Em meio à grande multidão que assiste o ato religioso, estava um grupo de jovens, que portava um enorme cartaz, com os dizeres: "Os jovens de Abaetetuba apoiam a não emancipação indígena. Emancipação igual à Extinção. O povo Índio: A esperança da Amazônia." No início da celebração o Pe. João Maria disse: "Pelos pecados de nossa sociedade contra os índios, pediremos perdão a Deus. E mais, pela morte de milhões de índios, pelo roubo de terras, castanha, madeira, etc., pelo desprezo e violência à cultura deles, pela exploração das pessoas a riquezas, pelos julgamentos superficiais, por nossa falta de compromisso com a construção de uma sociedade melhor e mais justa". "Depois, com muita emoção, uma jovem participante do GAI fez, 2a. leitura, da missa: uma mensagem do Índio Bororó Lourenço. "Vou apresentar a vocês as palavras dos meus irmãos, dos que somos chamados 'Índios'. Não sei se por ignorância, por desprezo ou simplesmente para dar nome às coisas, pois para muita gente, nós somos apenas uras coisa. Essas palavras vão contar para vocês a última parte do drama, que nós estamos vivendo, desde que os homens de outra raça, de outra cultura, de outro mundo, puseram os pés em nossa terra. O homem branco, aquele que se diz civilizado, pisou duro não só na terra, como também no alma do meu povo. E os ricos cresceram e o mar se tornou mais salgado, porque as lágrimas da minha gente foram muitas. Disse que as palavras que vocês vão ler são a narração de um final de um drama, mas não sei exatamente como vai terminar esse drama. Só sei que estamos animados de uma grande esperança e estamos resolvidos a mudar os caminhos de nossa história. De agora em diante os caminhos de nossa história não serão mais os mesmos. Não, nós não queremos ser tratados como seres humanos e não como coisas. E como vamos mudar os caminhos de nossa história? Vamos enfrentar os brancos como eles nos enfrentaram? Não, os verdadeiros cristãos não fazem isso, porque seria igualar-se a eles e as armas não resolvem os problemas. As armas são os argumentos dos covardes. Nós não queremos imitar os brancos naquilo que eles teriam de se envergonhar: o uso de armas para matar seus semelhantes. Nós vamos nos unir, vamos morrer e sofrer preciso, mas não vamos aceitar mais a imposição da vontade dos outros. Vamos exigir que todos, desde o governo até o nosso vizinho nos tratem como gente livre, sem depender de ninguém. O povo brasileiro não disse um dia "Independência ou Morte"? Vamos também nós, dizer isso, não apenas com palavras mas com atitude. Quando o índio quer, ele sabe ser independente. Nós preferimos morrer livres do que viver como escravos."

SERMÃO: CASOS RELEMBRADOS — Durante a oração dos fiéis, os jovens pediram a Deus que ajude as comunidades indígenas para que estas encontrem a sua libertação". No sermão, o Pe. Nello Ruffaldi, do CIMI, disse aos fiéis que era julho de 76. Um índio Bororó junto com o padre Simão foram mortos durante um ataque de posseiros daquela aldeia sendo a primeira vez que um índio e um padre caíram ao solo juntos em defesa da causa indígena, fato esse que deveria servir de exemplo à comunidade nacional para fazer despertar à realidade dura e sofrida pelo povo indígena do Brasil, em virtude do crescente envolvimento sócio-cultural que a sociedade brasileira efetua desde os primórdios da colonização.

A 11 de novembro, disse o religioso, em Barra do Garças, no Mato Grosso, outro padre, Rodolfo Lubenk, morreu assassinado por um policial, quando tentava defender a integridade física de duas mulheres do povo, que na ocasião eram covardemente espancadas pelo policial, no meio da rua. É lamentável, acrescentou o Pe. Nello, que toda vez que alguém tal em defesa dos oprimidos, recoba em troca massacre e a morte, como foi o caso de Barra do Garças. A terra, prosseguiu, para os civilizados é fonte geradora de recursos, explorada até não ter mais condições de medrar uma árvore que seja. Para os índios, a terra é como se fosse irmã deles. Os índios vivem em uma organização social em que não existem cercas para separar as terras, pertencem a uma sociedade que divide a caça entre os seus membros. Nós chamamos o índio de "preguiçoso" porque ele não tem a ganância do civilizado em sempre querer mais do que aquilo que possui, porque eles não pisam uns nos outros como nós "civilizados" fazemos para enriquecer. A emancipação representa aos índios a perda de identidade étnica, aquisição de doenças como gripe, gonorréia, sarampo e outras mais que para nós são de fácil cura, porém para eles são de consequências fatais. Não fez muito tempo que uma tribo inteira foi exterminada pelo sarampo. Finalizando, disse o religioso que "nós civilizados é que devemos ser emancipados, pois os índios já estão emancipados devido ao seu próprio "modus-vivendi" altamente comunitário. Os índios estão abrindo os olhos, e estão dando um grande exemplo para nós "civilizados", mostrando como unidos podemos conseguir aquilo que aspiramos. O mundo pode ser a semelhança indígena". Concluiu.

Após a missa, foi lido o documento contra a emancipação indígena por Decreto, por uma das integrantes do Grupo de Apoio a Índio-GAI, e distribuído aos presentes, que em sua maioria eram sociólogos, antropólogos e representantes das diversas entidades religiosas e não-religiosas, que estão empenhadas na luta pelos direitos do Índio do Brasil.

O documento, na íntegra:

O Estatuto do Índio criado através da Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973, tem por objetivo preservar a cultura e os costumes. Alguns artigos desse Estatuto referem-se à EMANCIPAÇÃO, TUTELA, REGISTRO E ÁREAS DE RESERVA. Agora o Governo Federal objetiva regulamentar esses artigos através de um Decreto criado pelo Ministério do Interior a ser assinado pelo Presidente da República no próximo dia 30 do mês em curso.

Infelizmente nós todos recebemos a idéia de que o Índio é um selvagem, quase um animal, incapaz de pensar, de tomar decisões, produtivo, improdutivo. Essa visão errada do que seja o Índio, nos veio através do colonizador e até hoje é mantida. Mas será que o Índio é isso que se pregam por aí? Será que essa visão corresponde à realidade?

Não a verdade a respeito dos índios é muito diferente. Os índios são grupos de pessoas com cultura própria, vivendo em habitats e comunidades diferentes dos nossos, com uma visão e uma consciência diferentes do que sejam plantar, comer, vida social, sobrevivência, trabalhar, enfim... Trabalhando em conjunto e vivendo em comunidade elas têm possibilidade de não se escravizar ao trabalho e ao próprio semelhante. O contrato entre o dito civilizado e o indígena vivendo, em estado natural, acarreta uma série de conflitos que trazem graves perigos para o Índio, tais como doenças, exploração, perda das terras, prostituição, alcoolismo, mendicância, marginalização, etc. ... criando um desequilíbrio na harmonia entre o Índio e a natureza, como podemos verificar através das situações reais, os seguintes exemplos que se seguem:

No Pará, os "ARAUETES ou AVAETES que em tupi significa "homens de verdade" foram quase dizimados por dor d'olhos "dodoi" ou olhos podres" doença comum para nós mas fatal para eles". (Darcy Ribeiro).

— Os parakans, que também se autodenominam APUITERAVAS, tiveram sua população quase dizimada por gonorréia, gripe distritária e malária, contraindo junto à população branca a seus próprios funcionários da FUNAI.

Os Assurini, os KRENAKARONE, os WAIMIRI



Jovens de Abaetetuba e o cartaz de apoio.

ATROARI, sofreram igualmente as consequências funestas do contato com a "civilização".

O cacique comprido da tribo Waimiri-atoari, foi retirado doente da aldeia a jogado num quarto da Casa do Índio, pertencente à FUNAI, que fica numa zona de prostituição em Marabá.

Os GUAJARA do Maranhão foram submetidos a um "interrogatório" na presença do delegado regional da FUNAI, conforme notícia publicada no jornal "O Estado de São Paulo".

O Índio vive na terra e dela retira seu sustento. E mais que isso, a terra é parte integrante de sua personalidade e não simples objeto de consumo, uma vez que sua memória e suas raízes históricas estão ligadas à terra. (D. Tomás Balduino)

Mas o civilizado, partindo de seus interesses econômicos, desmembra, expulsa, mata, marginaliza o Índio como vimos nas seguintes situações:

Os KADIERI e os TERENA tem direito a um território de 400 mil hectares, arrendado pelo General Rondon, que nunca foi respeitado. Nos anos 50, o Governo do Estado de Mato Grosso, tentou uma redemarcção ilegal de terras, visando com o intuito de diminuir o território real, daqueles índios, para que grande parte de suas terras das melhores, fossem entregues a disputados políticos. Atualmente 80 por cento dessa área está arrendada pela própria FUNAI a grandes fazendeiros, verdadeiras potências políticas locais. Esses contratos de arrendamento já acabaram mas, os fazendeiros não querem devolver as terras aos índios. (Darcy Ribeiro).

Grupos que ainda não foram contados, como os ARARA, localizados a margem da Transamazônica, próximo a Altamira, tiveram suas terras vendidas pelo INCRA, com a permissão da FUNAI, para a COPIRUI — Cooperativa de colonização, do Rio Grande do Sul.

Terras das linhas de transmissão da Eltronorte atravessam as terras dos índios GAVIÃO, assim também, com a ferrovia que escoará o minério da Serra dos Carajás, a ser construída pela AMAZONIA MINERAÇÃO.

A Hidrelétrica de Tucuruí vai inundar a área dos PARAKANA, no sul do Pará.

A Hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, deverá inundar terras WAIMIRI.

ATROARI — O projeto do traçado da estrada Perimetral Norte, ameaça cortar a parte sul do parque indígena do Tumucumaque, território onde habitam por exemplo, os índios Tiryó, Kaxuyani, Ewarhoyána e Apelá.

Parece-nos que em todos os casos citados não foram procuradas soluções que interferissem nesse fator tão importante para a vida indígena e terra. Muito pelo contrário o que vem ocorrendo sempre é a prevalência dos interesses dos grupos econômicos fortes que de todas as formas vem espoliando os índios. Mas, existe a lei para ser cumprida. Através do Estatuto do Índio o Governo se comprometeu a garantir proteção adequada às comunidades indígenas e sua cultura, até que cheguem a situação de se integrarem harmonicamente à Nação. Por isso, as autoridades deveriam estar preocupadas em corrigir e punir o não cumprimento das leis vigentes sobre o Índio e não em modificar essas leis através de novos decretos.

O que se critica no decreto de Emancipação do Índio é o seu caráter modificador da lei estatutária do Índio. As críticas se fazem a essas inovações resumem-se em três aspectos principais:

1o. — No Estatuto do Índio, a comunidade indígena é incumbida de pedir a sua Emancipação. A minuta do Decreto de Emancipação modifica isso dando à FUNAI o direito e a iniciativa de também requerer a emancipação dos índios. Isso significa que agora os índios se veem ameaçados de ter resolvida arbitrariamente pelo Governo questões que antes eram também da alçada deles. A extrema pressa e o rigoroso sigilo com que está sendo conduzido o assunto, quando há anos não se consegue integrar 70 por cento da população brasileira apesar da pressão a esse respeito denunciada em intenções nada nobres do Decreto que visa a tutela e revenda do tutelado o que é ilegal.

2o. — Enquanto no Estatuto do Índio não há nada relativo quanto a imposição de nossa propriedade individualista ao Índio, o artigo 12 da minuta explicita que "a doação (da área de terras) à comunidade indígena e seus membros será feita nos termos do artigo 1178 do Código Civil passando a constituir propriedade individual do Índio emancipado, ou declarado integrado, a área que a ele foi doada". Dessa forma o Índio que antes do Estatuto, teria garantido a posse de terra para toda a comunidade indígena, no novo Decreto terá garantida apenas a propriedade individual, quer dizer, os índios serão desmembrados de suas comunidades e portanto, destituídos de sua identificação tribal, cultural, etc. O que enfraquecerá ainda mais perante o civilizado.

3o. — O artigo 38 do Estatuto do Índio prevê a desapropriação de suas terras; porém pelo minuto do Decreto de Emancipação, os índios se veem ameaçados de perderem suas terras deixadas à mercê do processo de expansão interna que se vem verificando em todo o centro-este e norte do País, conflitos entre índios e posseiros, pela posse da terra. No Brasil o problema de terras é provocado pela existência de projetos empresariais com enormes latifúndios. Isto quer dizer que os índios a passarão são vítimas do mesmo sistema e não rivais, como se pretende colocar.

Em síntese, emancipar os índios na forma que o Decreto de Emancipação do Índio prevê, hoje, aqui, e agora significa entregá-los desarmados a forças infinitamente mais poderosas, que lhes arrebatarão as terras transformando-as em "mão-de-obra barata" (Comissão Pró-Índio).

Fica bem claro que por trás do Decreto de Emancipação do Índio estão interesses particulares de políticos e grandes empresários. Por tudo que foi dito acima, vimos aqui manifestar o nosso profundo repúdio ao Decreto de Emancipação do Índio e ao que ele representa como tentativa de golpe final nos direitos e interesses das comunidades indígenas.

Unimos nossas vozes às de outros grupos que em todas as regiões do País têm desmascarado as intenções espúrias do referido decreto, e pedimos o apoio do povo em geral para impedir que se consuma a legalização dos instrumentos de extinção de nossos índios.

Assoc. Regional dos Sociólogos, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Instituto dos Economistas do Pará, Instituto de Pastoral Regional — IPRR.